

O GIGANTE ADAMASTOR CAMONIANO: nexos entre memórias e profecias

Cleber Vinicius do Amaral Felipe
Bacharel e Licenciado em História – UFU
Mestrando em História – UFU

RESUMO: Através deste artigo, pretendemos problematizar o papel desempenhado pelo gigante Adamastor na epopeia *Os Lusíadas* (1572), de Camões. Ao se deparar com esta personagem, Vasco da Gama ultrapassa uma fronteira e, do local onde se encontra, o nauta português consegue apreender tanto o “antigo” quanto o “novo”, sob uma perspectiva singular. Adamastor é um hiato situado entre o passado e o futuro, entre o vício e a virtude, entre o comedimento e o excesso. Afinal, o que suas profecias dão a entender? Quais são as memórias forjadas pelo gigante? Enfim, como ele relaciona passado, presente e futuro?

PALAVRAS-CHAVE: Gigante Adamastor, *Os Lusíadas*, memória, profecia.

ABSTRACT: Through this article, we question the role played by the “gigante Adamastor” in the epic *Os Lusíadas* (1572), of Camões. Faced with this character, Vasco da Gama crosses a border. From there the Portuguese sailor can learn both the “old” time and the “new” time under a unique perspective. Adamastor is an obstacle located between the past and the future, between the vice and the virtue, between the moderation and the excess. After all, what his prophecies imply? What are the memories forged by the giant? How he relates past, present and future?

KEY-WORDS: Gigante Adamastor, *Os Lusíadas*, memory, prophecy.

Introdução

De acordo com Massaud Moisés, o episódio do Gigante Adamastor, localizado no canto V d’*Os Lusíadas*, contém a *mitificação das dificuldades que a Natureza opunha à penetração lusa ‘por mares nunca dantes navegados’ e do seu malogro ante a impavidez dos nautas quatrocentistas* (MOISÉS, 1997: 92). Adamastor, personificação do Cabo das Tormentas ou Cabo da Boa Esperança, anuncia profeticamente os infortúnios que recairiam sobre os portugueses que ousassem trafegar uma nova rota marítima de acesso à Índia. Como assevera Bianca Morganti, trata-se de uma fábula repleta de *ékphrasis* que recobrem o episódio de uma atmosfera tensa e *patética*.

A éfrase é figura destinada à produção de afetos através da *descrição verbal viva e detalhada de uma pessoa, lugar, acontecimento ou objeto que, produzindo um forte efeito visual e sonoro, causasse um conseqüente impacto emocional nos ouvintes daquele discurso* (MORGANTI, 2008: 1). Seus artifícios tendem a exercer sobre o auditório um “efeito de realidade”, através do qual se pretende mover afeições e estimular julgamentos convenientes e afinados à argumentação. “Trata-se de uma relação intrínseca entre descrição (descriptio) e a vivacidade e clareza do que é descrito (eidentia), o que confere a impressão de que o fato está acontecendo diante dos olhos do leitor” que, no caso, age como “*testemunha ocular*” (MORGANTI, 2008: 2). Vejamos, então, como os nautas portugueses foram subitamente surpreendidos pelo gigante:

Porém já cinco sóis eram passados
Que dali nos partíramos, cortando
Os mares nunca de outrem navegados,
Prosperamente os ventos assoprando,
Quando ua noite, estando descuidados
Na cortadora proa vigiando,
Ua nuvem, que os ares escurece,
Sobre nossas cabeças aparece.

Tão temerosa vinha e carregada
Que pôs nos corações um grande medo;
Bramindo o negro mar de longe brada
Como se desse em vão nalgum rochedo.
“Ó potestade, disse, sublimada,
Que ameaço divino ou que segredo
Este clima e este mar nos apresenta,
Que mor causa parece que tormenta?”
(CAMÕES, 2005: 157-158)

A fortuna, até então próspera, parecia voltar-se contra os protagonistas. A narrativa inicialmente dá a entender o advento de uma tempestade, tópica recorrente e quase imprescindível quando se trata de poemas épicos. O *aedo* faz uso de imagens que denotam perigo, descrevendo as nuvens “escuras” e o mar “negro”, predicados que atribuem ao enredo um cenário propício para a deflagração de catástrofes. Vasco da Gama, em função da ocasião inesperada, recobra-se de incertezas e de ansiedade: logo em seguida, clama pelo esclarecimento divino. O leitor poderia questionar: esta demonstração de temor não acaba prejudicando os propósitos da obra, na medida em que o herói evidencia sua humanidade, suas fraquezas? Esta interrogação, na verdade, é uma armadilha e, para desconstruí-la, convém retomar mais uma vez os escritos de Sêneca. Para demonstrar que o sábio estoico não é uma *persona* inverossímil, o autor explica a Lucílio:

O sábio também pode estremecer, sofrer, perder a cor, pois tudo isto são sensações fisicamente naturais. Onde é que está então a desgraça, quando é que estes sintomas se tornam um mal verdadeiro? É apenas quando causam o abatimento da alma, quando levam o homem a confessar a sua servidão, quando o forçam a arrepender-se de si mesmo. O sábio será capaz de dominar a fortuna com a virtude, ao passo que muitos adeptos da filosofia se deixarão assustar por ameaças de somenos importância. Neste ponto será nosso o erro de exigirmos de um principiante aquilo que exigimos de um sábio (SÊNECA, 2004: 281).

Guy Hamelin estabelece uma distinção contundente entre o aspirante estoico e o sábio: o aspirante encontra-se num “estado da alma” no qual é preciso seguir as orientações do sábio, pois este possui a prudência (*phrónesis*) e, portanto, uma boa disposição da mente. Nesta direção, o sábio estoico aproxima-se do *phronimos* aristotélico, ainda que este não detenha uma sabedoria infalível (HAMELIN, 2010). Vasco da Gama, neste caso, não deve ser julgado pela sua reação imediata frente à aparição de um grande obstáculo em sua travessia marítima, mas sim pelo seu discernimento quando, passado o susto, encara o infortúnio valendo-se da virtude. Desta forma, o primeiro impulso ou reação, como insiste Sêneca, é involuntário, mas o controle e o comedimento num segundo momento, este é voluntário e decisivo.

Não podemos nos esquecer que, ao ser surpreendido, Gama pede o auxílio divino, ou seja, ainda que sua postura inicial seja perdoada pelo estoicismo de Sêneca, há que se perceber também uma postura humilde, humana, de um súdito devoto e imperfeito, mas persistente e virtuoso o bastante para usufruir do esclarecimento divino. Quando a fortuna parecia ter rompido suas relações com a virtude, o infortúnio tomou forma, sob o efeito de prosopopeia, e os nautas perceberam que não se tratava de uma tempestade:

 Não acabava, quando ua figura
 Se nos mostra no ar, robusta e válida,
 De disforme e grandíssima estatura;
 O rosto carregado, a barba esquálida,
 Os olhos encovados, e a postura
 Medonha e má, e a cor terrena e pálida;
 Cheios de terra e crespos os cabelos,
 A boca negra, os dentes amarelos
 (CAMÕES, 2005: 158).

Camões não poupa fôlego para detalhar a fisionomia do gigante e precisar o seu aspecto pavoroso, o que permite a apreciação visual da cena por parte do leitor. Neste caso, o efeito de prosopopeia é conveniente, pois as formas descomunais e disformes do Adamastor adiantam a dimensão e deformidade dos infortúnios que se queria anunciar.

Devemos recordar a passagem na qual também Ulisses e seus companheiros se abismaram com a figura grandiosa de Polifemo: *O berreiro do gigante nos quebrou o ânimo. A voz cavernosa daquele corpo descomunal nos arrasou* (HOMERO, 2010: 129). No entanto, tal como Gama, foi Ulisses o primeiro a dialogar com o gigante. Os autores Luís Saraiva e Macedo não levam em consideração (o censor menos que o cardeal) a moderação cristã difundida largamente por Tomás de Aquino, tampouco os efeitos de uma prosopopeia no que concerne à mobilização dos auditórios. Macedo procurava “corrigir” o que considera errôneo na obra de Camões: suas ponderações visavam “salvar” os episódios e, portanto, rearranjar e reordenar a epopeia atribuindo-lhe novos fundamentos e nova organicidade (MORGANTI, 2004: 105-107).

Como se não bastasse uma descrição tão detalhada, o gigante, em tom *horrendo e grosso* de fala, dirige-se rudemente aos portugueses:

[...] “Ó gente ousada, mais que quantas
No mundo cometeram grandes cousas,
Tu, que por guerras cruas, tais e tantas,
E por trabalhos vãos nunca repousas,
Pois os vedados términos quebrantas
E navegar meus longos mares ousas,
Que eu tanto tempo há já que guardo e tenho,
Nunca arados de estranhos ou próprio lenho;

Pois vens ver os segredos escondidos
Da natureza e do úmido elemento,
A nenhum grande humano concedidos,
De nobre ou de imortal merecimento;
Ouve os danos de mi que apercebidos
Estão a teu sobejo atrevimento,
Por todo o largo mar e pola terra
Que inda hás de sojugar com dura guerra.
(CAMÕES, 2005: 158-159)

Mais uma vez, censor e cardeal rivalizam a respeito desta passagem: Macedo, mais uma vez, acusa o episódio de beirar à inverossimilhança, quando atribui a Vasco da Gama uma glória que não lhe pertence, a saber, a inauguração das rotas de navegação que cruzam com o Cabo da Boa Esperança. De forma irônica, questiona o censor sobre o paradeiro do gigante quando por ali passou Bartolomeu Dias. O que fez Vasco da Gama, pergunta Macedo, que levou o gigante a concentrar nele toda a sua ira? Saraiva, em via diversa, afirma que Adamastor não se queixa da armada de Vasco da Gama como sendo a primeira a profanar aqueles mares, uma vez que suas censuras eram dirigidas a toda a gente lusitana. Insiste o cardeal que, em momento algum da narrativa, Camões afirmara ter

sido Vasco da Gama o primeiro a traçar aquele caminho (MORGANTI, 2004: 107-110). Joaquim Nabuco pressiona a mesma tecla, afirmando que Camões não calou as primeiras expedições, muito pelo contrário:

Não era por certo Vasco da Gama quem desejaria que se riscasse da história a narração das viagens de Bethencourt, Vaz e Zarco, Noli, Velho, Diogo Cano, e sobretudo Bartholomeu Dias, como se desfez no mar o rasto de seus navios. Os perigos vencidos por outros venceu-os também elle, mas elle passou onde os outros pararam (NABUCO, 1872: 89-90).

De acordo com Nabuco, a pretensão do poeta ao elencar a personagem do gigante Adamastor foi a de dar forma e voz ao passado vencido pelo gênio português. Desta forma, as catástrofes vaticinadas não seriam outra coisa senão o *preço fatal da verdadeira grandeza* (NABUCO, 1872: 180). Estes recursos – visuais e sonoros – seriam, portanto, uma maneira de melhor retratar as glórias portuguesas?

Inicialmente, o *aedo* recorreu aos efeitos visuais: agora, atribuiu voz profética ao gigante, que ressaltou a ousadia dos portugueses, que recorreram a rotas marítimas inéditas. Frente a tamanho atrevimento, Adamastor acusa os portugueses de terem ultrapassado os limites impostos aos mortais, sejam eles nobres ou não. Tal insolência, afirma, é passível de danos, de punição. Isto nos remete a uma possível releitura da noção de *hybris* grega, da imoderação, do excesso mundano. A transposição da fronteira que distanciava e diferenciava homens e deuses, na tradição grega, despertaria a ira dos deuses (SEIXAS, 2009: 69). A ousadia lusitana despertou, na mesma medida, a ira do gigante:

Sabe que quantas naus esta viagem,
Que tu fazes, fizeram de atrevidas,
Inimigas terão esta paragem,
Com ventos e tormentas desmedidas!
E da primeira armada que passagem
Fizer por estas ondas insofridas,
Eu farei de improviso tal castigo,
Que seja mor o dano que o perigo!

Aqui espero tomar, se não me engano,
De quem me descobriu suma vingança.
E não se acabará só nisto o dano
De vossa pertinence confiança:
Antes, em vossas naus vereis, cada ano,
Se é verdade o que o meu juízo alcança,
Naufrágios, perdições de toda sorte,
Que o menor mal de todos seja a morte!
(CAMÕES, 2005: 159-160)

Aqueles que se excedem serão castigados com danos igualmente excessivos, assevera Adamastor. Contudo, por mais contumaz que seja esta passagem, não se trata de simples imprecisão contra os aventureiros lusitanos. Os dotes proféticos de Adamastor, que prescrevem um fim trágico às ousadias náuticas, não incluem Gama e sua frota, que saem ilesos. A censura do gigante nada tem de realmente profética, pois sua narrativa versa sobre acontecimentos passados. Trata-se do desaparecimento de Bartolomeu Dias, aquele que supostamente descobriu o Cabo das Tormentas e que desapareceu em seu navio durante uma tempestade. Em contrapartida, o caráter de agouro que se atribui à fala da personagem confere autoridade ao relato: a personificação do Cabo das Tormentas, sob efeito de prosopopeia, anuncia os perigos iminentes com os quais se depararão aqueles que ousarem fazer parte das empresas ultramarinas movidos pela ambição e pela vaidade. Se por um lado, aceitamos que Adamastor representa os perigos impostos pelo mar, por outro, ele vivencia o papel de um *juiz prudente* que, através da longuíssima *experiência* adquirida, somada aos *dotes proféticos*, adverte Gama e seus tripulantes sobre os castigos reservados àqueles que, movidos pela imprudência, “ultrapassam” os *limites* e se excedem. Dentre as memórias que retoma como se fossem vaticínios, consta a de D. Francisco de Almeida:

E do primeiro ilustre, que a ventura
Com fama alta fizer tocar os Céus,
Serei eterna e nova sepultura,
Por juízos incógnitos de Deus.
Aqui porá da Turca armada dura
Os soberbos e prósperos troféus;
Comigo de seus danos o ameaça
A destruída Quíloa com Mombaça.
(CAMÕES, 2005: 160)

D. Francisco, primeiro vice-rei da Índia, foi morto em 1510, após ceder o cargo a Afonso de Albuquerque (BUENO, 1998: X). Adamastor toma para si a responsabilidade pela morte desta personagem. Em momento subsequente, Gama reage com astúcia frente aos perigos vaticinados pelo gigante. O protagonista inquire: *Quem és tu? Que esse estupendo / Corpo, certo, me tem maravilhado* (CAMÕES, 2005: 161). Neste momento, ocorre uma reviravolta na narrativa e Adamastor não mais assusta os nautas como antes. A partir do momento em que ele se identifica como o “Cabo das Tormentas”, passa então a ser conhecido, e deixa de ser exótico, de ser novidade. Yara Vieira faz considerações interessantes sobre este episódio:

Enquanto figura que se desenrola na história, objeto de conhecimento, portanto, o Adamastor perde a sua categoria de perigo absoluto e entra na normalidade constituída. O Adamastor que conta a sua história é, assim, muito diferente do monstro profético que ameaça com a infinita possibilidade das desgraças futuras. (VIEIRA, 1987: 235)

Adamastor conta sobre seus infortúnios do passado, quando lutou contra *o que vibra os raios de Vulcano*, Zeus. Afirma que se apaixonou por Tétis, “esposa de Peleu”, e que se voltou contra todos os deuses olímpicos, recobrando para si o império dos mares. Como não desconhecia a “grandeza feia” de seu gesto, Adamastor determinou tomar a ninfa à força, mas esta, astuta, lhe promete devoção quando a guerra terminasse. Ao seu término, contudo, o gigante é enganado, pois visualiza Tétis e, quando corre em seu encalço e lhe abraça, percebe que está enamorado de um rochedo. Assim narra o desafortunado:

Converte-se-me a carne em terra dura;
Em penedos os ossos se fizeram;
Estes membros, que vês, e esta figura
Por estas longas águas se estenderam.
Enfim, minha grandíssima estatura
Neste remoto Cabo converteram
Os Deuses e, por mais dobradas mágoas,
Me anda Tétis cercando destas águas.
(CAMÕES, 2005: 165-166)

Ao término da narrativa, Adamastor se desfaz em lágrimas e logo desaparece. Vieira nota que o gigante *é simultaneamente a projeção do temor do futuro enquanto desconhecido, e do passado, enquanto resíduo de experiências traumáticas* (VIEIRA, 1987: 240). Em um primeiro momento, ele vaticina infortúnios; em seguida, conta sobre seus infortúnios particulares. Adamastor versa sobre os perigos do excesso e demonstra sua própria trajetória como exemplo: por um lado, ele é guardião das terras orientais e profeta das supostas calamidades futuras (profecias que, no entanto, indicam eventos passados); por outro, ele se apresenta, rompendo com o caráter de novidade, e conta sobre sua própria *hybris*, que lhe legou uma punição exemplar.

A instrução e ajuizamento dos leitores

A impotência do Gigante Adamastor frente aos avanços náuticos de Vasco da Gama pode estar metaforizando a ineficácia dos infortúnios, quando incidem contra o bom juízo dos homens prudentes. As advertências e admoestações lançadas pelo gigante, longe de

ter o mero objetivo de aterrorizar os navegantes, parece instruir os leitores sobre a necessidade de propósitos virtuosos: ou seja, a procedência vaidosa na busca por fama é condenável e, portanto, suscetível de castigos. Por outro lado, ultrapassar os limites dos mares movidos por propósitos nobres não parece constituir qualquer imoderação ou excesso, pois a finalidade prudente incapacitava as potencialidades da má fortuna e, logo, isentava os protagonistas de qualquer castigo. Isto nos leva a recordar uma passagem de Maquiavel, na qual ele alega que *“a sorte variável e os homens obstinados nos seus modos de proceder, experimentarão a felicidade do êxito enquanto houver concordância entre modos de proceder e os tempos, da mesma maneira que experimentarão a infelicidade do fracasso se houver aí discordância”* (MAQUIAVEL, 1996: 173).

Neste sentido, as censuras do gigante são direcionadas àqueles que agem em desconformidade com *os tempos* (neste caso, em desacordo com as pretensões do Império português e da Igreja Católica), o que poderia justificar o fato de os vaticínios não serem direcionados a Gama. Por outro lado, aqueles que atendem, assim como Gama, aos anseios de seu “tempo”, podem ser considerados prudentes e, em consequência, conquistar a boa vontade da fortuna: sendo assim, o caráter supostamente profético que permeia a voz de Adamastor não passa de uma dedução legítima, que não lesa os princípios da ortodoxia cristã, mas os serve, pois não retrata nada além de eventos circunscritos no passado, dignos de memória e integrantes da história providencial portuguesa.

Se o leitor/ouvinte “ver” o gigante e “ouvir” suas ponderações, ele pode se deixar instruir e mover, sob efeito da éfrase. Morganti afirma que

a produção da clareza e vivacidade por meio de recursos técnicos fornecidos pela linguagem, que gera no leitor a sensação de visão e audição da cena descrita, permite, através de um procedimento exclusivamente verbal, a manifestação ficcional de um afeto (MORGANTI, 2008: 11).

É necessário ponderar, assim, que a produção artificial de um afeto ou de uma virtude não se descola da argumentação verossímil que lhe respalda. O auxílio visual e auditivo contribui, assim, para a edificação de uma conduta prudente: neste caso, o apelo aos afetos – pela via do infortúnio épico – tende a localizar as trágicas consequências de atitudes ousadas e vaidosas, que não priorizam o bem comum. Resta ao leitor, então, aprender a traçar o caminho oposto, e se deixar levar pelo exemplo legado por Vasco da Gama.

A figura de Adamastor remonta, então, a outra virtude auxiliar da prudência: a *synesis*, que diz respeito ao juízo reto no âmbito das ações particulares. Além de aconselhar

bem, utilizando-se da *razão*, o gigante recorre a uma das partes mais importantes da prudência: a *previdência* que, para Tomás de Aquino, possibilita um trajeto reto a ajuizado em busca de uma finalidade igualmente justa (TOMÁS DE AQUINO, 2005: 47-60). Os vaticínios do gigante, portanto, não apenas recobram de importância as memórias de Portugal, como também postula que caberia a Vasco da Gama vencer a condição do infortúnio e incorporar novas memórias à trajetória lusitana, cujo brio pauta-se na superação do passado. Se o velho de Restelo baseou-se no passado para edificar sua arenga, Adamastor, conhecedor do futuro e de suas particularidades, previu que nada seria semelhante aos feitos materializados por Vasco da Gama, que venceriam impunes os desvarios dos mares. Deste modo, o velho sábio fica incumbido dos aconselhamentos, uma vez que reconhece a “vilania” do passado, e ao gigante resta ajuizar os nautas frente às intempéries subscritas em um futuro que, para o leitor, é passado.

Ambas as personagens se assentam no artifício apologético, ou seja, instruem sobre a mediania e a ação reta e desenganam os portugueses quanto às condutas desmerecedoras de memória imorredoura. Quando Gama insiste para que Deus *removesse os duros / Casos, que Adamastor contou futuros* (CAMÕES, 2005: 166), ele na verdade demonstra ressentimento frente ao duro destino que ocasionou, outrora, a morte de pessoas ilustres. A trajetória de Gama apresenta-se como extensão de outras trajetórias que, apesar do destino trágico, se orientavam através do mesmo horizonte que movia o herói épico. Sua empresa figura, então, o desdobramento de tentativas passadas e a inauguração de feitos que não se repetem. Constrói-se, assim, o verossímil épico entremeado e amparado pelo verossímil histórico. Estas informações, no entanto, podem ser deduzidas não antes do sexto canto, quando os nautas sobrevivem à tempestade invocada por Netuno a pedido de Baco.

A emulação de Polifemo na épica de Camões: uma possibilidade

Enfim, com base na aparição repentina destas personagens, é possível visualizar um *reordenamento* da empresa lusitana, com base nas várias advertências lançadas. Os infortúnios cumprem o papel de *desordenar* momentaneamente o desenvolvimento contínuo da narrativa. Após estas passagens supostamente de cunho trágico a ameaçar os tripulantes, a narrativa é novamente ordenada com base nos acontecimentos retratados. Para dar mais clareza, os impropérios proferidos pelas personagens repletas de sabedoria e juízo orientam protagonistas e leitores, de tal forma que as ações sucessivas administradas

pelos nautas mostram-se contrárias às censuradas tanto pelo velho quanto pelo gigante. A leitura destes episódios como peças *desordeiras* do quebra-cabeça épico é, portanto, prejudicial se levarmos em consideração que o propósito é justamente o contrário: *ordenar* as vontades e o juízo dos tripulantes portugueses e, por extensão, dos leitores da obra.

Na sua obra *Epic and Empire*, David Quint, no capítulo terceiro, propõe-se a considerar como os inimigos “derrotados” são retratados na matéria épica edificada pela escrita dos “vencedores” e analisa um lugar comum muito recorrente em textos épicos: a tópica da maldição épica erigida pelos “derrotados”, através da qual se recobra um caráter de resistência à empresa triunfal que o épico associa aos “vencedores” (QUINT, 1992: 11). Uma das hipóteses do autor, mencionada na introdução, é a de que os “derrotados”, à revelia de suas vozes ou ações, nascem derrotados e, por isso, deverão se submeter continuamente ao destino trágico que lhes é cabido. O capítulo principia lançando duas perguntas de ordem mais geral: o que os “perdedores” têm a dizer sobre sua função? Como é encenada esta faceta da história? (QUINT, 1992: 99)

Ao tratar das personagens sobrenaturais desenvolvidas como peças alegóricas, Quint nos remete a um catálogo de *tipos* mobilizados na definição do “outro”. Este aspecto se ajusta ao propósito deste trabalho, que igualmente lida com um catálogo de *tipos* diversificados, entendidos ou não como prudentes. Dentre as análises sistematizadas por David Quint, encontra-se um tópico sobre o lugar conferido à figura do Gigante Adamastor na poesia camoniana (QUINT, 1992: 99). Após uma breve introdução a resumir o episódio em questão, Quint nos recorda que um dos pressupostos adotados pelo poeta “moderno” é promover a *invenção* poética sem se desvencilhar da matéria histórica. Em seguida, discorrendo sobre o artifício da *emulação*, o autor alude para uma possível aproximação entre Adamastor e o ciclope Polifemo, indicando várias similitudes descritivas adotadas tanto por Homero quanto por Camões. Quando à descrição da figura do gigante camoniano e de seu “passado”, Quint afirma que existem lugares comuns presentes também na obra *Metamorfoses*, de Ovídio, e em écloas atribuídas a Virgílio. Conclui, assim, que Camões combinou toda uma sorte de representações clássicas de Polifemo para esboçar a figura de Adamastor. O autor chega a considerar, inclusive, uma possível conotação entre a atitude de Dido, personagem da épica de Virgílio, e Adamastor, sobretudo no que se refere às imprecizações vaticinais de ambos, provavelmente dirigidas não aos heróis épicos, mas sim aos seus sucessores.

A associação entre figuras mitológicas não era desconhecida pelos críticos camonianos dos séculos XVII-XIX, mas apreendidas de forma um tanto quanto equivocada.

O censor José Agostinho de Macedo afirma que Camões teria “furtado” a ideia matriz do gigante Adamastor de Lucano. É descrita uma sucessão de analogias que supostamente comprovariam o roubo, e todas elas são avidamente recusadas por Saraiva, que acusa Macedo de estar manipulando as leituras realizadas. Mais adiante, mais uma vez para diminuir o engenho camoniano, Macedo afirma que o poeta emulou Ariosto, quando este descreve a figura de Brunel no seu *Orlando Furioso* (MORGANTI, 2004: 111-115). Vamos ao episódio mencionado:

Sabe que nem seis palmos de estatura
Tem ele, a fronte crespa e cabeluda,
Morena a pele, a cabeleira escura,
Pálida a cara, por demais barbuda,
Olhos inchados, turva a catadura,
Chato o nariz, a celha mui peluda,
E o traje, porque a imagem saibas toda,
Estreito e curto, de correio à moda.
(ARIOSTO, 2004: 110)

Saraiva discorda, assegurando que Brunel não era um gigante, tampouco tinha o semblante parecido com o de Adamastor. No entanto, sem querer tomar partido ou desfilar anacronismos junto aos críticos mencionados, a emulação não seria de todo impossível: a *fronte crespa e cabeluda* de Brunel e os cabelos crespos de Adamastor; os *olhos inchados* do primeiro e os *olhos encovados* do segundo; a *cara por demais barbuda* da personagem de Ariosto, e a *barba esquálida* da figura camoniana; a *cara pálida* de Brunel e a *cor pálida* de Adamastor. Enfim, apesar de não ser inverossímil a possibilidade da emulação, não há, aparentemente, furto digno de censura.

É muito apropriado o paralelo entre Adamastor e Polifemo, não apenas devido aos aspectos destacados por David Quint, mas também em razão de outras analogias possíveis de serem feitas, quando nos atentamos para a emulação camoniana da *Eneida*. No terceiro livro desta epopeia, Enéias desembarca na terra dos Ciclopes e encontra um dos antigos companheiros de Ulisses, de nome Aquemênides, filho de *Adamasto* (VIRGÍLIO, 2004: 97). Também neste livro, o grego acima referido narra os infortúnios de Ulisses e de seus homens (entre os quais ele se inclui) perante a figura assombrosa de Polifemo, *monstro horrendo, disforme, desmedido* (VIRGÍLIO, 2004: 98). Se voltarmos à descrição de Adamastor como figura *robusta, disforme, de grandíssima estatura*, aludida no início deste tópico, notaremos a aproximação entre os termos utilizados. Não é curioso que a personagem camoniana, cuja descrição remonta, em vários aspectos, à estatura do ciclope

homérico/virgiliano, apresente o nome de um grego referenciado justamente no momento em que Enéias é alertado/prevenido sobre a história do ciclope Polifemo?

Em Ovídio, as descrições de Polifemo de fato assemelham-se ao perfil de Adamastor. De acordo com a ninfa Galatéia, o ciclope apresentava um *rosto feio* e hábitos horrendos, como se barbear com uma foice e se pentear com um ancinho. Quando devotou seu amor à ninfa, abandonou o seu instinto assassino. Na canção de Polifemo descrita por Ovídio, a personagem tece um elogio à amada, pintando também sua conduta áspera que impedia o romance de ambos e, por fim, enumera tudo aquilo que pode oferecer à Galatéia, chegando a louvar até mesmo o seu aspecto: *veja como sou grande*, exclama com orgulho. Como fez também na *Odisséia*, Polifemo se vangloria alegando a suposta inferioridade de Júpiter, que provavelmente não o excederia em tamanho e força. O ciclope alega, por fim, que a ninfa ganharia também um sogro portentoso: Poseidon, responsável pela tempestade arremessada contra a embarcação de Ulisses na *Odisséia*. Como se já não bastasse, Ovídio retrata, ainda, a voz *forte e terrível* do grotesco Polifemo, quando ele *ruge de raiva* e ataca o pretendente de Galatéia, Acis (OVÍDIO, 2003: 277-280). Em Ovídio e em Camões, utiliza-se a éfrase referente tanto aos efeitos visuais quanto aos efeitos sonoros.

É conveniente que deixemos de lado, por agora, as possibilidades de analogia e de emulação que este episódio poderia sustentar, pois são numerosas, ainda que esclarecedoras. Não nos estranharia, por exemplo, que a transformação de Adamastor em um rochedo como punição pelas suas transgressões se equiparasse à transformação de Atlas em um rochedo, devido à investida de Perseu que, em posse da cabeça da Medusa, pune o titã pela falta de hospitalidade e pelo desprezo perante suas glórias e a glória de seu pai, Júpiter (OVÍDIO, 2003: 89-90). O episódio era conhecido por Camões, que se refere a ele na última estância de sua epopeia (CAMÕES, 2008: 325).

Nexos entre os episódios camonianos: outra possibilidade

Quint afirma que é necessário retomar outros episódios que precedem a aparição do Adamastor para que se possa interpretá-lo adequadamente, premissa esta que se ajusta à concepção aristotélica da obra enquanto *organismo* a manter suas partes em harmonia. O primeiro episódio retomado, apresentado também no canto V a partir da estância 19, versa sobre uma “tromba marítima”, fenômeno relacionado a uma massa de vapor d’água erguida em coluna e alimentada por ventos ciclônicos, geralmente em climas bravios propensos à ocorrência de tempestades. Eventos deste gênero colocam em risco a vida de navegantes,

e Vasco da Gama afirma ter presenciado um de largas proporções. Um dos elementos que leva David Quint a relacionar ambos os episódios é a descrição mais ou menos harmônica que eles operam. Neste caso, o gigante poderia representar fatores ligados à natureza, o que seria bem apropriado, uma vez que ele próprio personifica o Cabo das Tormentas (QUINT, 1992: 15).

Outra explicação não menos instigante justapõe o episódio do gigante e outro, anunciado a partir da estância 24 do mesmo canto. Os nautas desembarcam na ilha de Santa Helena e se deparam com um “estranho” de “pele preta”, que foi logo capturado pelos lusitanos, passagem que retomamos ainda na introdução deste trabalho. Mais uma vez, David Quint sugere a prática da emulação, sendo Veloso, no caso, um Odisseu, curioso em saber sobre os costumes do “outro”. Até mesmo a retirada perante a inesperada investida dos “nativos” pode sugerir a fuga às pressas de Ulisses, quando o herói e seis de seus companheiros conseguem se livrar de Polifemo. Camões, de acordo com Quint, teria chamado a nossa atenção através da referência, presente na estância 28, de que os nativos seriam mais selvagens que o próprio Polifemo. No caso, seria então Adamastor o representante dos nativos africanos a colocar freio no avanço português em sua empresa colonizadora. Como bem lembra Quint, o nome Adamastor significa “*the untamed one*”, o que poderia ser traduzido como “o selvagem” ou “o indomável”.

O Gigante Adamastor seria, portanto, uma figura a representar a resistência natural e humana à trajetória imperial portuguesa. David Quint afirma que a fábula épica consegue, assim, transmitir um mito clássico para o mundo moderno não sem submetê-lo a uma racionalização devida. Desta forma, Camões se vale dos costumes presentes na tradição épica. Este aspecto tende a afirmar uma poderosa “arma ideológica”, travestida de um arsenal alegórico que não é prejudicial a ela, muito pelo contrário. Por outro lado, o gigante incorpora também a fúria indicada no seu antigo nome: Cabo das Tormentas. O autor lança uma hipótese: se a relação entre Polifemo e Poseidon poderia sugerir uma afinidade entre os nativos “bárbaros” e os elementos naturais, a figura de Adamastor inextricavelmente confunde ambos os aspectos, dando margem a uma encenação da resistência natural e nativa ao trajeto lusitano. O que se sugere, então, é que, se Adamastor pode ser relacionado à narrativa dos perdedores e rivalizar com a versão dos vencedores portugueses, os eventos que ele prediz não são mais conectados aos rumos da narrativa do que as tempestades, igualmente acidentais (QUINT, 1992: 118).

Neste caso, a sugestão de que as tempestades ocorrem para punir as transgressões dos portugueses seria equívoca, uma vez que são fenômenos naturais, impessoais,

desmotivados. O nativo seria, então, uma versão em miniatura do gigante Adamastor a impedir que os portugueses desfilassem suas ousadias, descobrindo novas terras e difundindo seus costumes. Conclui David Quint que os nativos, apresentados como bestiais e indispostos por natureza, são muito bem representados pelo gigante que, num passado longínquo, mostrou-se igualmente feroz e de ânimo tempestuoso. Neste sentido, a sucessão de tempestades que ameaçam os nautas seria natural, sem direcionamento preciso, tal como a fúria que movia os nativos. O autor sugere que a disposição do poema não é nem um pouco casual, motivo pelo qual, logo no canto II, Júpiter anuncia com ares de profecia a vitória dos portugueses e, nos dois últimos cantos, se dá a consumação da vitória lusitana através da fama e glória simbolizadas na ilha dos amores. É sugestivo o fato de o episódio do gigante integrar a metade da obra e de ser sucedido pela tempestade que ele supostamente vaticina. No momento da tempestade, anunciada no sexto canto, ainda existe o perigo de concretização das profecias que tomaram forma na fala de Adamastor.

A presença de Adamastor é menos uma profecia de maus agouros a acometer Gama, e mais uma questão de meios convenientes à narrativa. Meios dispostos mais ou menos na metade da obra, o que não define um ponto final a encerrar o desfecho da jornada épica. Seria, no caso, um momento de reafirmação dos princípios que tangem a narrativa, ou seja, é na própria trama teleológica a compor o poema que os “perdedores” vêm dar corpo a abordagens repetitivas a tolherem a linearidade de uma empresa épica. A ira de Adamastor, bem como a fúria dos “nativos”, é impotente. É conveniente, portanto, a sugestão de David Quint presente no desfecho de seu texto: a de que Adamastor pudesse ser a personificação das próprias ousadias desfiladas pelos portugueses; que, de fato, os modernos queriam se firmar perante a imagem dos clássicos, logo, superar os limites então cristalizados (QUINT, 1992: 121). Este espelhamento, no caso, remeteria tanto ao orgulho nutrido pelos portugueses perante tal empresa quanto ao temor diante do desconhecido. Isto pode indicar o provável sucesso de tal empresa, que remonta à velha lógica da gigantomaquia (FERRY, 2009: 8-86), na qual os gigantes desafiaram os deuses: a diferença, no caso, é que os gigantes, desafiantes, perderam frente aos deuses, desafiados. N’*Os Lusíadas*, portanto, modernos vencem antigos (QUINT, 1992: 123).

A figura de Adamastor pode, através da amplificação, engrandecer as ações portuguesas acentuando o porte das ousadias desfiladas. Mesmo as tempestades, sendo naturais, facilitaram a trajetória lusa, fator que contradiz as asseverações premonitórias do gigante. A representação épica, no caso, remontaria a uma noção de “ideologia” vinculada ao discurso dos “vencedores”, o que sugere, então, que Adamastor seja mesmo o

espelhamento das ousadias desfiladas, e não a personificação da derrota. Talvez a narrativa reitere, de fato, uma faceta vaidosa da empresa ultramarina, mas as censuras a ela ficam em aberto, restando aos protagonistas, “homens-fronteira”, um ato inaugural a definir o exercício da alteridade, e não da desmesura ou do excesso.

O juízo de Adamastor nos limites de uma história exemplar

Como asseverou François Hartog, o Novo Mundo *não foi apreendido de imediato como ‘novo’, mas como uma mistura de fantástico e familiar* (HARTOG, 2003: 130). Situando e analisando um dos escritos de Thévet (escrito em 1557), Hartog afirma que o processo de “domesticação” do selvagem baseou-se largamente na analogia. Através deste artifício, foi possível aos escritores dos séculos XVI-XVII comparar, por exemplo, os selvagens e os gauleses, o que remetia o leitor aos escritos de Tito Lívio, ou os selvagens e os aqueus, fazendo menção ao conteúdo das fábulas homéricas.¹ Estabelece-se um “paralelismo”, ou seja, uma relação cômoda que demarca uma suposta “origem” das atitudes, tornando-as suscetíveis à categorização:

Com efeito, “ver” os selvagens, descrevê-los mediante referências antigas, conduziu, sem que se desse conta disso, a pôr à distância os antigos: a distância que nos separa deles seria medida quase fisicamente, e tornar-se-ia cada vez mais viva a idéia moderna da diferença entre os tempos. Daí em diante, entre os antigos e nós, havia ou acabaria por haver um oceano! (HARTOG, 2003: 131)

Em seguida, Hartog reforça:

Introduzir os selvagens no par antigos/modernos levou a aproximar os selvagens, a identificá-los, a localizá-los, a “domesticá-los” mediante todos os jogos (de referências, de alusões, de citações) que permitiam passar dos antigos aos selvagens. Ao mesmo tempo, e no mesmo movimento, distanciaram-se os antigos, por força da analogia pouco a pouco instaurada entre o afastamento no espaço e no tempo. Cavou-se assim uma distância entre os antigos e os modernos. Esses jogos, por outro lado, tornaram possível e operatória uma comparação, polêmica sobretudo, mas com finalidade ética: a que se estabeleceria entre selvagens e

¹ Dentre as apropriações em vigor neste período, destaque, por exemplo, para os escritos de Aristóteles sobre a “escravidão por natureza”, presente em sua *Política*. No caso, os “modernos” apropriam-se destas categorias para classificar o índio, tratando-se, portanto, de noções “gerais e generalizáveis”. Isto implicava, no entanto, em sérias contendas que afetavam a Igreja: ora, a existência de homens incapazes de aderir-se à fé e à salvação denota, portanto, um defeito da obra de Deus? Decerto, o século XVI teve sérios embates na busca de uma classificação para os indígenas que não prejudicasse os interesses então alimentados tanto pelos “Estados Modernos” quanto pelas Instituições católicas. Uma das sugestões então encetadas refere-se à noção de um índio de natureza “infantil”. Mais uma vez com Aristóteles, também os “nativos” eram racionais, ainda que em *potência*, e não em *ato*, o que justifica os desvios de sua conduta. Ver: (HARTOG, 2003: 132-133).

modernos sobre o tema “quem são na realidade os verdadeiros selvagens?” (HARTOG, 2003: 133-134).

É interessante questionar este processo de analogia, que atribui sentido às “coisas do mundo”. Este processo tende a conferir à modernidade uma leitura singular sobre o tempo: de um lado, na Grécia antiga, o *aedo* homérico imortalizava os mortos heroicos, conferindo-lhes glória (*kléos*). A historiografia grega, sobretudo com Tucídides, passa a relacionar o “grego antigo” ao “bárbaro atual”, tratando-se de uma forma de depreciação que diminui um e outro em detrimento do presente. Nesta direção, os escritos do historiador tendem a legar à posteridade informações úteis e fidedignas. Se no primeiro caso há uma tentativa de legar à posteridade os feitos ilustres do passado, neste segundo caso há a priorização do presente em detrimento dos feitos passados. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, no entanto, a noção de tempo muda a sua configuração: Para Francis Bacon, por exemplo, os modernos eram os verdadeiros antigos, já que os antigos demarcam a infância do mundo. No século XVI, Loys Le Roy adverte sobre a possibilidade de “corrigir” o que os bárbaros, gregos e romanos legaram à posteridade. Afirma Hartog: *se o progresso não era visto nem como contínuo, nem como indefinido, nem como uniforme, tampouco o era a decadência, e o momento em que se produz a inflexão não era o já conhecido* (HARTOG, 2003: 125).

É no dilema de uma história exemplar de caráter providencialista que se coloca o Adamastor. Lugar comum, o gigante é fruto dos costumes do gênero épico, mas não uma leitura fidedigna às elaborações do passado. O passado, no caso, detém o inventário das convenções retórico-poéticas. No entanto, os exemplos de outrora são retomados não para imitação servil, mas para efetivação da emulação. Exemplar, no caso, é o passado recente de Vasco da Gama. Este sim contém elementos que procuram redimensionar as prioridades do presente. A obra *Os Lusíadas* fora editada um pouco antes da União Ibérica e a consequente perda de autonomia política do Império Português. Descrever os nativos amparando-se em analogias do passado demonstra não uma apreciação cega das ocorrências registradas, mas depreciação que justifica a intervenção dos não-bárbaros. A emergência da ação adequada inaugura a necessidade de um futuro remodelado conforme os desígnios providenciais.

A figura do gigante é oportuna porque embaralha as temporalidades: suas previsões não passam de memórias para o leitor d’*Os Lusíadas*. Seu passado fabuloso, que fundamenta a alegoria camoniana, termina por personificar o cabo tormentório, artifício natural que dificultou a empresa colonizadora. Um mito (com raízes certamente homéricas,

a partir da figura de Polifemo) que encerra um obstáculo natural. Ao mesmo tempo, com seus vaticínios e lembranças fabulosas, o gigante instrui Gama no seu presente, sendo o herói aquele a principiar a empresa colonizadora e inaugurar rotas até então desconhecidas. Passado fabuloso manchado de *hybris*; presente incerto, que justapõe o fabuloso e o familiar, traçando um inventário calcado na alteridade; futuro ao mesmo tempo trágico (marcado pelo destino infausto de nautas portuguesas) e glorioso (devido à possibilidade de a empresa de Vasco da Gama inaugurar uma “Idade de Ouro”). O futuro que Adamastor adianta aos nautas, para o leitor é passado. No entanto, o futuro do leitor é ainda incerto, mas possível de ser devidamente trilhado caso os exemplos de Gama e de seus pares sejam seguidos. O destino infausto do gigante orienta Gama, e o destino vitorioso do navegante lusitano ilumina uma dimensão exemplar para o futuro. Hartog insiste:

Diferentemente de gregos/bárbaros ou de cristãos/pagãos, o par antigos/modernos não é suscetível de territorialização (salvo nos espaços acadêmicos); com ele tudo se passa na temporalidade. É uma das formas por meio da qual uma cultura se relaciona com o tempo, uma maneira de redistribuir o passado, de conceder-lhe um espaço sem conceder-lhe demasiado espaço (HARTOG, 2003: 122).

O passado redimensionado por Camões, embora exemplar, não imiscui poeta e leitor de considerar as contingências e necessidades do presente. Assim, convém retomar uma última contenda entre José Agostinho de Macedo e Francisco de São Luís Saraiva: o primeiro insiste na ineficácia do episódio do Adamastor, afirmando que a intervenção de um agente sobrenatural só se justifica quando este acelera ou retarda a ação do poema e sua conclusão. No caso, Macedo afirma que Adamastor não acelera a descoberta da Índia, tampouco constitui um obstáculo à sua concretização. Desta forma, o episódio é concebido como “inverossímil”, “inútil” e “ocioso”. Saraiva, por outro lado, afirma que os conselhos de seu oponente colocariam em risco a unidade do poema. Afirma, por último, que Macedo se esquece da licença que o poeta tem para realçar o verossímil sem ser completamente fiel à narrativa histórica (o censor havia ressaltado a inexistência de relatos que confirmassem a tempestade vivenciada pela armada de Vasco da Gama) (MORGANTI, 2004: 115-116).

Há, no mínimo, duas posturas aqui apresentadas que nos é possível refutar: a de que os relatos comprovariam um suposto acontecimento como sendo “real”, a ponto de renovar os contornos de uma poesia que o mencione; e a de que Adamastor é “inútil” e “ocioso”, um mero adorno da epopeia: além de figura de elocução, ele também é um juiz resoluto que intenta abolir os crimes movidos pela vaidade, ou seja, ele se coloca como

entra frente às empresas mesquinhas e frágeis de propósitos, e abre alas à armada nutrida de finalidades retas. Não é o caso de acelerar ou desacelerar a empresa, que segue um ritmo próprio: trata-se de instruir não apenas os nautas como também os leitores, sobre as possibilidades verossímeis de se concluir a missão portuguesa.

Considerações finais:

De que Vasco da Gama tem culpa? De acatar prontamente às imprecções do rei? De zelar pela armada e não se apartar dos propósitos éticos que subsidiam sua empresa? Há, no decorrer de sua jornada, um misto de elementos familiares e outros até então desconhecidos. Este lidar com novos horizontes exige o exercício da alteridade e, mais do que isso, a categorização do “outro”. Vejamos, então, a emergência da culpa nos escritos (sobretudo trágicos) da Antiguidade.

Heitor é punido quando, equivocado, derrota Pátroclo pensando tratar-se de Aquiles. Este, tomado pela ira vingativa, pune o troiano tirando-lhe a vida e (temporariamente) as homenagens fúnebres. Édipo, por sua vez, pratica o incesto, casa-se com a mãe e tem filhos com a mesma sem saber da transgressão que cometia. Ele próprio determina e efetiva a punição, furando os olhos e buscando o exílio. Prometeu, na tragédia de Ésquilo, admite sua culpa e imprudência. Apesar da angústia decorrente das penas, o titã não se diz sem culpa, muito pelo contrário: em sua luta contra a *métis* de Júpiter, ele encontra o desalento da derrota. Trata-se de uma sucessão de culpas “sem culpa”: no entanto, independente dos meios ou da intencionalidade, o excesso não deixa de ser imprudente, e o castigo não é abrandado conforme o grau de culpa dos transgressores.

Qual é a culpa de Vasco da Gama, quando completa a travessia e supera os obstáculos épicos então soerguidos? Mesmo após as interpelações do velho de Restelo e das admoestações do gigante Adamastor, que, não por acaso, demarcam a metade da narrativa, Gama aventura-se por mares bravios, não sem o respaldo das autoridades que o revestiram desta obrigação. A punição grega é devida à distorção de uma ação, ou seja, de um ato que transgride e ultrapassa fronteiras. A jornada portuguesa, ao contrário, não se reveste de culpa ou transgressão. A missão de Vasco da Gama, afinal, é exemplar a ponto de instituir canto épico. Ampliar o Império e difundir a ética cristã: estas são as intenções imediatas do herói. Os meios adotados não deixam de vincular-se ao “bem comum”. À transgressão grega contrapõe-se a exemplaridade portuguesa, cativada graças às ações reguladas conforme os desígnios providenciais, logo, transcendentais. Como advertiu-nos

Joaquim Nabuco, é preciso lembrar que *Adamastor é um gigante vencido, que elle é a representação de uma fatalidade de longos séculos, que tinha isolado as Índias da Europa, e que Vasco da Gama era, por assim dizermos, um enviado celeste*. Nabuco não deixa de sugerir a semelhança entre o episódio camoniano e a obra de Ovídio, sobretudo no que tange à *viva descrição* que apresentam (NABUCO, 1872: 175-177).

Não se trata de afixar fronteiras, muito pelo contrário: é ocasião, mesmo, de afrouxá-las, de atenuá-las tanto quanto possível perante a apreensão de novas categorias de novos horizontes que a obra busca inventariar. Ulisses não incorreu em *hybris* na sua viagem de retorno por desvendar novos povos. Os itinerários de Vasco da Gama decorreram, também, de uma necessidade. Podemos ir um pouco além: Júpiter principia as profecias logo no primeiro canto da epopeia lusitana, tranquilizando Vênus no que se refere ao sucesso dos portugueses em sua empresa. Ao final da obra, a ninfa Calíope e a deusa Tétis cantam outros tantos sucessos portugueses, a serem viabilizados num futuro que, para o leitor, é passado. Esta estrutura se conforma à dimensão circular da epopeia, que começa e termina sob custódia da glória portuguesa. Adamastor é o “agouro” épico: suas profecias não incluem o poeta. Voltamos à questão: que culpa tem Gama? Falamos de uma *hybris* moderna, mas não que os heróis católicos se aderem a ela. Adamastor não é um oráculo feito Tirésias, que orienta Ulisses apresentando-lhe o seu futuro. Suas profecias são, ao mesmo tempo, eficazes e ineficazes: realmente predizem o futuro, levando-se em consideração que a fábula poética ambienta-se e localiza-se no momento da empresa liderada por Gama, da qual o leitor encontra-se distanciado cerca de oitenta anos (portanto, um vaticínio em retrospecto), e é ineficaz no sentido de interrupção a impedir a consecução da jornada do herói, pois suas predições, em momento algum, colocam em xeque os propósitos motivadores de Gama, mas de outros. *Quem és tu?*, inquire Vasco da Gama para surpresa do gigante que, identificando-se, canta suas transgressões passadas.

Ora, Adamastor é personagem trágica, que conheceu os castigos devidos aos transgressores. O gigante, transformado em rochedo feito Atlante, cumpre sua pena eterna feito Prometeu, chora suas angústias em exílio feito Édipo. É a narrativa de um gigante “experimentado” que interpela a armada portuguesa. Ele não é “Ninguém”, artifício adotado por Ulisses contra a investida maliciosa de Polifemo, mas “Alguém” que, outrora, desejou avidamente o domínio dos mares a ponto de desafiar e enfrentar os deuses olímpicos. A conduta de Gama ampara-se, sobretudo, no respeito, na preeminência. Ele é um instrumento, sua empresa é um investimento da Coroa portuguesa, e seus atos seguem as

pegadas da Providência. Fica, em aberto, a pergunta: quem melhor do que o desventurado Adamastor para censurar a cobiça e ensinar a partir de seus próprios erros?

O Gigante Adamastor, assim como o Velho do Restelo, censura a desmedida. É possível perceber, em boa parte do poema camoniano, a coexistência – nada pacífica – entre o excesso e a justa medida (característica fundamental que caracteriza a mitologia da Idade de Ferro). A própria empresa liderada por Vasco da Gama é um retrato do excesso, na medida em que ultrapassa limites e fronteiras. O velho chega a citar os feitos de Prometeu e Faetonte, para ilustrar os excessos perenizados pela mitologia. No entanto, a *hybris* à qual se submetem estas personagens mitológicas é similar à desmedida denunciada no decorrer da epopeia de Camões? É evidente que não. Revestir as fábulas católicas de elementos mitológicos não significa tornar um conteúdo similar ao outro. O que chamamos de *hybris* moderna, assim, pode muito bem basear-se numa releitura da *hybris* grega ou dos preceitos que a determinam, mas para retratar novas preocupações, novas transgressões, enfim, novas medidas.

Adamastor é uma personificação da desmedida: junto a seus irmãos, tentou destronar Zeus; em outro momento, movido por um amor doentio, Adamastor buscou seduzir uma ninfa que não lhe correspondia; foi, finalmente, transformado no cabo tormentório e, como que para se redimir, passou a punir os excessos relativos aos grandes empreendimentos náuticos. Exemplo de desmedida no passado, o gigante se tornou o detentor da reta medida a *profetizar*, em retrospecto, acidentes causados pela *hybris* portuguesa que integram a *memória* do leitor. No entanto, a *hybris* grega, como nos lembra Pierre Aubenque, é caracterizada pelo *desdém soberano pela escolha dos meios e o cálculo das conseqüências da ação julgada boa* (AUBENQUE, 2008: 8).

O leitor – atualmente – é levado a presumir, muitas vezes, que a empresa de Vasco da Gama é movida pela desmedida. Esta assertiva estaria correta se entendermos por “desmedida” a superação de fronteiras, de limites até então insuperáveis. No entanto, os meios adotados não são escolhidos com desdém, muito pelo contrário: não há passagem n’*Os Lusíadas* na qual Gama se mostre negligente em relação à reta razão e, por este motivo, não há ação que não se deixe mover pela prudência. A *hybris* grega demarca um *desafio lançado aos deuses* (AUBENQUE, 2008: 7) pelo homem: Gama, na esteira do *aedo* que canta seus feitos, não cogita a existência dos deuses mitológicos, procedimento que seria naturalmente passível de punição, no caso dos gregos. No entanto, fiel aos ditames da Igreja Católica, Gama é um braço da *Providência* e, por esta razão, se deixa mover pela *prudência*. Em outras palavras, o Deus a quem o herói português deve obediência jamais é

desafiado. Por fim, se a *hybris* dos gregos é marcada pela *pretensão usurpada à imortalidade*, (AUBENQUE, 2008: 7-8) natureza pertencente somente aos deuses, em Gama encontramos um *desprezo da morte, um sacrifício da vida pela honra e salvação de todos, uma manutenção da fé em Deus e da fidelidade aos laços hierárquicos até o fim, como incitamento à glória e à fama* (HANSEN, 2008: 74).

Referências bibliográficas

ARIOSTO, Ludovico. *Orlando Furioso: cantos episódios*. Tradução, introdução e notas de Pedro Garcez Ghirardi. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

AUBENQUE, Pierre. *A prudência em Aristóteles*. Tradução de Marisa Lopes. São Paulo: Discurso Editorial, Paulus, 2008.

BUENO, Alexei. "Introdução". In: BRITO, Bernardo Gomes de. *História trágico-marítima*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores / Contraponto Editora, 1998.

FERRY, Luc. *A sabedoria dos mitos gregos: aprender a viver II*. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HAMELIN, Guy. "O sábio estóico que possui o discernimento aristotélico?". In: *Revista Archai* (Revista de Estudos sobre a origem do pensamento ocidental). Universidade de Brasília, 2010.

HANSEN, João Adolfo. "Introdução: Notas sobre o gênero épico". In: TEIXEIRA, Ivan. (Org.). *Épicos: Prosopopéia / O Uruguai / Caramuru / Vila Rica / A Confederação dos Tamoios / I Juca Pirama*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Organização de José Otávio Guimarães. Tradução de Sonia Lacerda, Marcos Veneu e José Otávio Guimarães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

HOMERO. *Odisséia*, v. 2: Regresso. Tradução, introdução e análise de Donaldo Schüler. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe: comentários de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Hemus, 1996.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 1997.

MORGANTI, Bianca. *A Mitologia n'Os Lusíadas – Balanço Histórico-Crítico*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: IEL/Unicamp, 2004.

MORGANTI, Bianca. "A morte de Laocoonte e o Gigante Adamastor: a éfrase em Virgílio e Camões". In: *Nuntius Antiquus*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, nº 1, 2008.

NABUCO, Joaquim. *Camões e os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico. 1872.

OVÍDIO. *Metamorfoses*. Tradução de Vera Lucia Leitão Magyar. São Paulo: Madras, 2003.

QUINT, David. *Epic and Empire: politics and generic form from Virgil to Milton*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

SEIXAS, Jacy Alves de. “A imaginação de outro e as subjetividades narcísicas: um olhar sobre a in-visibilidade contemporânea [o mal-estar de Flaubert no Orkut]”. In: NAXARA, M. R. C. et al. (orgs.) *Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

SÊNECA, Lúcio Aneu. *Cartas a Lucílio*. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. *A prudência: a virtude da decisão certa*. Tradução, introdução e notas de Jean Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIEIRA, Yara Frateschi. “Adamastor: o pesadelo de um ocidental”. In: *Actas da V Reunião Internacional de Camonistas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

VIRGÍLIO. *Eneida de Virgílio*. Tradução de José Victorino Barreto Feio e José Maria da Costa e Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Recebido em: 04/03/2012

Aprovado em: 06/05/2012